

**Relatório de Monitoramento 0012/2018**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
INTERESSADO:	Gabriela Novis Neves Pereira Lima Procuradora Geral do Estado
C/ CÓPIA:	Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE/MT
ASSUNTO:	Monitoramento das Recomendações oriundas do Relatório de Avaliação de Controles Internos – RACI nº 12/2017.

Trata-se de monitoramento realizado pela Superintendência de Desenvolvimento do Controle Interno - SDC, considerando os Planos de Providências do Controle Interno – PPCIs elaborados pela Procuradoria Geral do Estado – PGE/MT, em atendimento às recomendações expedidas no Relatório de Avaliação de Controles Internos – RACI nº 12/2017.

Cuiabá - MT  
Abril/2018



## SUMÁRIO

1. - INTRODUÇÃO
2. - RESULTADOS DO MONITORAMENTO
3. - COMENTÁRIOS DA EQUIPE DE MONITORAMENTO
4. - CONCLUSÃO



## 1 - INTRODUÇÃO

Considerando a Ordem de Serviço nº 0063/2018 que designou os Auditores do Estado Marino Koch e Paulo Farias Nazareth Netto para realização do monitoramento dos Relatórios de Avaliação de Controle Interno RACI e os produtos de auditoria encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado;

Considerando que a Controladoria-Geral do Estado-CGE-MT, órgão superior de controle interno do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, nos termos do art. 52 da Constituição Estadual, tem como missão contribuir para a melhoria dos serviços públicos prestados por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de controles, da conduta dos servidores e dos fornecedores, ampliando a transparência e fomentando o controle social;

Considerando a Resolução Normativa TCE-MT nº 12/2017-TP, de 04 de julho de 2017, que dispõe sobre os procedimentos de avaliação dos controles internos do Poder Executivo Estadual e dá outras providências, determina, em seu inciso VII do art. 2º, que os relatórios de monitoramento dos Planos de Providências relativos à avaliação de controles internos, quando elaborados, serão encaminhados ao TCE-MT ao final de cada quadrimestre;

Considerando por fim, que Instrução Normativa CGE nº 03, de 3 de setembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos de elaboração e monitoramento dos Planos de Providências de Controle Interno formulados em resposta às recomendações e determinações emitidas pelos Órgãos de Controle Interno e Externo, define as responsabilidades e a forma de emissão do relatório de monitoramento;

Isto posto, apresenta-se o presente Relatório de Monitoramento que é o instrumento que comunica e demonstra os resultados alcançados com a realização das ações estabelecidas nos Planos de Providências elaborados pela Procuradoria Geral do Estado PGE/MT em atendimento às recomendações expedidas no Relatório de Avaliação de Controles Internos RACI nº 12/2017.

## 1.1 Objetivos

O objetivo geral do monitoramento é verificar se os Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual estão tomando as providências para sanar as falhas e irregularidades apontadas nos relatórios de auditoria emitidos pelos Órgãos de Controle. Ademais, os objetivos específicos que norteiam esta atividade são:

- Verificar o grau de implementação das recomendações e determinações;
- Acompanhar a evolução das unidades auditadas;
- Auxiliar os gestores das unidades a verificar se as ações propostas nos planos de providência foram ou estão sendo implementadas;
- Identificar quais são os maiores obstáculos e dificuldades para implementação das recomendações e determinações;
- Analisar se as auditorias realizadas obtiveram os resultados esperados.

## 1.2 Metodologia

O Monitoramento das ações de controle consiste no acompanhamento das providências adotadas pela unidade auditada em relação às recomendações e determinações constantes dos produtos de auditoria e é realizado com base no plano de providências elaborado pelo órgão.

A Superintendência de Desenvolvimento do Controle Interno SDC é responsável pelas atividades de monitoramento (pós-auditoria), além de acompanhar o cumprimento das determinações, que tomar conhecimento, dos Órgãos de Controle Externo.

O monitoramento do atendimento das recomendações e determinações, emitidas pela CGE-MT e demais órgãos de controle, é realizado por Auditores do Estado designados, por meio de ordem de serviços, especificamente para esse fim.

As equipes de monitoramento realizam testes, análises, e avaliações nos registros e nas evidências juntadas, com o intuito de verificar o cumprimento das deliberações. Sempre que necessário, a equipe de monitoramento realiza verificações *in loco* com o objetivo de confirmar a consistência e efetividade das medidas adotadas.

Com base nos dados e informações coletadas durante o monitoramento, as equipes classificam as deliberações, segundo o grau de implementação, no período verificado, em:

Classificação	Definição
<b>A Implementar</b>	Quando não iniciadas ações objetivando a implementação da recomendação;
<b>Em Implementação</b>	Quando iniciadas ações objetivando a implementação da recomendação, mas que ainda não tenha sido totalmente cumprida;
<b>Implementada</b>	Quando, após a realização dos testes pela equipe de auditoria responsável pelo monitoramento, satisfaz todos os requisitos constantes do texto da recomendação.
<b>Não Implementada</b>	Quando, findo o prazo após os testes realizados pela equipe de auditoria responsável pelo monitoramento, não satisfaz todos os requisitos constantes do texto da recomendação;
<b>Não Aplicável</b>	Quando em razão de mudanças de condição ou de superveniência de fatos, se torne inexecutável o cumprimento ou a implementação da deliberação;
<b>Cancelada</b>	Quando, por erro de registro, for encerrada pela CGE-MT.

### 1.3 Limitações

As atividades de monitoramento possuem limitações impostas ao trabalho associadas à metodologia usada para investigar a implementação das ações saneadoras propostas pelos Órgãos ou Entidades; à confiabilidade ou à dificuldade na obtenção de dados, ao tempo disponível para realização da atividade, assim como as limitações relacionadas ao próprio escopo do trabalho, ou seja, as áreas e os aspectos não analisados.

Neste sentido, o presente relatório, assim como o controle interno de forma geral, apresenta limitações, e, portanto, oferece segurança razoável de que as recomendações e determinações foram implementadas, mas não garante que os problemas e irregularidades apontados nos produtos de auditoria foram efetivamente sanados.

## 2 - RESULTADOS DO MONITORAMENTO

### 2.1 Produtos Monitorados

O presente relatório refere-se ao monitoramento da implementação das recomendações emitidas por ocasião da avaliação dos controles internos da área sistêmica da Procuradoria Geral do Estado PGE/MT, que culminou na expedição do Relatório de Avaliação de Controles Internos nº 12/2017.

Supracitada avaliação foi realizada por meio das unidades técnicas desta Controladoria, em suas respectivas esferas de competência (subsistema) conforme abaixo indicado, no terceiro quadrimestre de 2017:

Superintendência	Subsistema Avaliado
Superintendência de Controle em Contratações e Transferências	Gestão de Contratações Públicas;  Gestão de Transferências;
Superintendência de Controle em Gestão de Pessoas e Previdência	Gestão de Pessoas;  Gestão de Regime Próprio de Previdência Social;
Superintendência de Controle em Gestão Fiscal e Patrimonial	Gestão Orçamentária;  Gestão Contábil e Financeira;  Gestão Patrimonial.

Por conseguinte, a Procuradoria Geral do Estado PGE/MT elaborou um conjunto de medidas propostas por meio dos PPCI nº 001/2018, PPCI nº 002/2018, PPCI nº 003/2018, PPCI nº 004/2018, e PPCI nº 005/2018, encaminhados a esta SDC via processo nº 174701/2018, em atendimento ao RACI nº 012/2017.

Foram também contempladas neste Relatório de Monitoramento, as providências propostas no PPCI nº 00/2017 encaminhados a esta SDC via processo nº 657257/2017, em atendimento à Recomendação Técnica nº 202/2017.



## 2.2 Implementação das Recomendações

### 2.2.1 Grau de Implementação Geral

Foram emitidas 67 (sessenta e sete) recomendações para a Procuradoria Geral do Estado PGE/MT. Deste total, 9 (13%) foram implementadas. Não houveram recomendações consideradas não aplicáveis em virtude de, porventura, terem perdido seu objeto; ou canceladas por esta Controladoria. Totalizando um grau de implantação da ordem de 13%.

Atualmente existem 32 (48%) recomendações em fase de implementação, ou seja, houve a elaboração do Plano de Providência de Controle Interno, mas as ações ainda não foram totalmente cumpridas.

O grau de implementação das recomendações também pode ser observado por outras perspectivas, como por exemplo: por produto de auditoria, por subsistema e/ou por ponto de controle.

### 2.2.2 Grau de Implementação por Produto

Pode ser observado abaixo que para o Relatório de Avaliação de Controles Internos RACI nº 12/2017, as informações demonstram um Grau de Implementação Geral de 10,94%; já para a Recomendação Técnica nº 202/2017 a implementação foi da ordem de 66,67%:

Órgão de Controle	Produto	Número	Ano	Plano de Providências	Recomendação						TOTAL	Grau de Implementação
					A Implementar	Em Implementação	Não Implementada	Implementada	Não Aplicável	Cancelada		
CGE-MT	RACI	12	2017		26	31	0	7	0	0	64	10,94%
CGE-MT	Recomendação Técnica	202	2017		0	1	0	2	0	0	3	66,67%
					26	32	0	9	0	0	67	13,43%

### 2.2.3 Grau de Implementação por Subsistema

Abaixo é apresentado o detalhamento das recomendações por ponto de subsistema, bem como a respectiva situação em que se encontra o seu cumprimento:

Subsistema	Recomendação						Total	Grau de Implementação
	A Implementar	Em Implemen	Não Implementada	Implementada	Não Aplicável	Cancelada		
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-
Planejamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio	-	9	-	-	-	-	9	0,00%
Ouvidoria	-	-	-	-	-	-	-	-
Orçamento	-	4	-	-	-	-	4	0,00%
Gestão_de_Pessoas	2	11	-	4	-	-	17	23,53%
Financeiro	1	3	-	3	-	-	7	42,86%
Engenharia_e_Obras	-	-	-	-	-	-	-	-
Corregedoria	-	-	-	-	-	-	-	-
Controle_Interno	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratações	23	-	-	-	-	-	23	0,00%
Contábil	-	5	-	2	-	-	7	28,57%
	26	32	-	9	-	-	67	13,43%

Fonte: Dados do monitoramento realizado pela SDC – abril de 2018

## 2.2.4 Grau de Implementação por Ponto de Controle

Abaixo é apresentado o detalhamento das recomendações por ponto de controle, bem como a respectiva situação em que se encontra o seu cumprimento:

Subsistema	Ponto de Controle	Recomendação						Total	Grau de Implementação
		A Implementar	Em Implementação	Não Implementada	Implementada	Não Aplicável	Cancelada		
Contratações	Planejamento das Aquisições	1	-	-	-	-	-	1	0,00%
	Fase Interna- Licitações	1	-	-	-	-	-	1	0,00%
	Fase Externa- Licitações	3	-	-	-	-	-	3	0,00%
	Dispensas e Inexigibilidades	4	-	-	-	-	-	4	0,00%
	Adeção a Registro de Preços -ARP	7	-	-	-	-	-	7	0,00%
	Gestão e Fiscalização de contratos	7	-	-	-	-	-	7	0,00%
	Sub-Total	23	-	-	-	-	-	23	0,00%
Contábil	Demonstrações Contábeis	-	2	-	1	-	-	3	33,33%
	Divida Ativa	-	1	-	1	-	-	2	50,00%
	Previdências e Certos de Crédito	-	2	-	-	-	-	2	0,00%
	Sub-Total	-	5	-	2	-	-	7	28,57%
Financeiro	Despesas Públicas	1	1	-	2	-	-	4	50,00%
	Folha Extra Caixa (NEX)	-	1	-	-	-	-	1	0,00%
	Programação Financeira	-	-	-	1	-	-	1	100,00%
	Riscos a Pagar	-	1	-	-	-	-	1	0,00%
	Sub-Total	1	3	-	3	-	-	7	42,86%
Orçamento	Créditos Adicionais	-	1	-	-	-	-	1	0,00%
	Execução Orçamentária	-	1	-	-	-	-	1	0,00%
	Programação Orçamentária	-	2	-	-	-	-	2	0,00%
	Sub-Total	-	4	-	-	-	-	4	0,00%
Patrimônio	Gestão de Bens de Consumo	-	4	-	-	-	-	4	0,00%
	Gestão de Bens Imóveis	-	2	-	-	-	-	2	0,00%
	Gestão de Bens Móveis	-	3	-	-	-	-	3	0,00%
	Sub-Total	-	9	-	-	-	-	9	0,00%
Gestão_de_Pessoas	Admissão de Pessoal	-	1	-	-	-	-	1	0,00%
	Licenças e Afastamentos	-	7	-	3	-	-	10	30,00%
	Vacâncias e Proventos Derivados	-	1	-	-	-	-	1	0,00%
	Verbas	2	2	-	-	-	-	4	0,00%
	Vencimentos e Remuneração	-	-	-	1	-	-	1	100,00%
	Sub-Total	2	11	-	4	-	-	17	23,53%
<b>TOTAL</b>		26	32	-	9	-	-	67	13,43%



### 3 - COMENTÁRIOS DA EQUIPE DE MONITORAMENTO

Com o objetivo de apresentar o resultado da avaliação dos controles internos nos subsistemas de controles da área sistêmica da Procuradoria Geral do Estado - PGE, assim como enfatizar a importância da elaboração dos planos de providência como instrumento de saneamento das impropriedades detectadas, esta equipe de Auditores se reuniu com os responsáveis por todas as UNISECIs, na sala de capacitação da CGE-MT.

Na oportunidade, foi explanada a nova metodologia em relação às avaliações de controle interno realizadas pela Controladoria Geral do Estado e sobre a importância da Unidade Setorial de Controle Interno como coordenadora na elaboração dos planos de providência junto às áreas sistêmicas e finalísticas.

De acordo com a Instrução Normativa CGE nº 03/2017, artigo 9º, caso a equipe de Auditores constate a necessidade de correções nos planos de providências, a CGE-MT promoverá a devolução ao Órgão com as especificações dos ajustes necessários e do novo prazo para retorno.

Neste aspecto, esta equipe de Auditores analisou as minutas dos Planos de Providências de Controle Interno - PPCIs nº: 01/2018; nº 02/2018; nº 03/2018; nº 04/2018; nº 05/2018 e nº 06/2018, em Implementação e recomendamos melhorias à luz da nova metodologia relativa aos aspectos formais e materiais.

Diante disso, a equipe da Superintendência de Desenvolvimento do Controle Interno da CGE-MT (SDC), esteve sempre à disposição dos responsáveis da área sistêmica da Procuradoria Geral do Estado - PGE, a fim de esclarecer alguns apontamentos e recomendações contidos no RACI nº 012/2017, ação essa realizada em atendimentos presenciais, telefônicos e via correio eletrônico.

Após esses esclarecimentos algumas das ações propostas foram revistas e os PPCIs encaminhados com a assinatura da Procuradora Geral do Estado, da (o) responsável pela UNISECI, e pelos responsáveis das respectivas áreas.

#### 4 - CONCLUSÃO

Com base nos PPCIs recebidos em relação aos produtos de auditoria que estão sob o crivo desse monitoramento e conforme demonstrado no Subitem 2 deste relatório, existem 26 recomendações com status "a implementar". Esse fato indica que em 38,81% das recomendações a Procuradoria Geral do Estado não informou a esta Especializada sob o início da implantação das ações objetivando resolver os problemas apontados pelos Órgãos de Controle.

Espera-se que o desenvolvimento das atividades de monitoramento, e a consequente publicação e divulgação dos respectivos relatórios, traga efetividade às ações de controle e o aperfeiçoamento da gestão pública o que deve ocorrer por meio do cumprimento/implementação das recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo.

À apreciação superior.

Cuiabá, 17 de Abril de 2018

---

*Marino Koch*  
Auditor do Estado

---

*Paulo Farias Nazareth Netto*  
Superintendente de Controle em Gestão Fiscal e Patrimonial

---

*Norton Glay Sales Santos*  
Superintendente de Desenvolvimento dos Subsistemas de Controle - SDC